

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026
Processo nº 13356/2025

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO (080009)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 105.351,56

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/03/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90010/2026

Processo nº 13356/2025

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, através de seu Pregoeiro, instituído pela Portaria nº 185/2024 da Presidência desta Corte, comunica aos interessados a realização de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

I – DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO – CNPJ 02.578.421/0001-20**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

1.1.1 A licitação será realizada em único item.

1.1.2 A presente contratação deverá observar o disposto nas Circulares SUSEP nº 621 de 12 de fevereiro de 2021 e 639 de 09 de agosto de 2021.

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Sistema Compras.Gov (CATSER) e as constantes deste Edital prevalecerão as últimas.

1.3 A despesa com esta contratação correrá durante o presente exercício à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho nº 02.122.0033.4256.0033, Item nº 33.90.39 do Orçamento Geral da União.

1.4 Fazem parte deste edital:

- Termo de Referência;
- Anexo I – Planilha de Custos Estimados;
- Anexo II – Planilha Preenchimento dos Licitantes;
- Anexo III – Histórico - Relação de sinistros: 2021 a 2025;
- Anexo IV – Minuta de Termo de Confidencialidade;
- Anexo V - Modelo de Declaração Ref. Resolução Nº 07/05 Do Conselho Nacional de Justiça.

II – DA REFERÊNCIA DE TEMPO

2.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade da cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3 A obtenção do benefício dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente:

- a)** as licitantes que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c.1) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d.1) Aplica-se esta vedação também à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste TRT 1ª Região ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em atendimento ao disposto no artigo 2º, inciso VI, da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nesta condição, em observância ao entendimento fixado no Acórdão nº 746/2014-Plenário do TCU;
- j) não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- k) **É vedada a participação de corretores, consoante o § 3º do artigo 16 do Decreto nº 60.459/67, considerados os princípios da licitação constantes da Lei nº 14.133/21 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal e jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a matéria (Decisões nº 938/2002-TCU-Plenário e nº 400/1995-TCU-Plenário), devendo a proposta ser apresentada por seguradora, na forma da alínea “b” do artigo 18 da Lei nº 4.594, de 29/12/1964.**

3.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b” e “c” do subitem anterior poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6 O disposto nas alíneas “b” e “c” do subitem 3.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do

projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7 A vedação de que trata a alínea “j” do subitem 3.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

IV – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

4.1 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.3 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor total para o prêmio;

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.10 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta cadastrada ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de

propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.10.1 Iniciada a sessão pública, não serão admitidas solicitações de desistência de proposta.

4.11 No ato de envio das propostas, as licitantes deverão efetuar as seguintes declarações, de forma eletrônica, em campo próprio do sistema Compras.gov:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

4.11.1 A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11.2 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos e exigências estabelecidos nos subitens acima sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.13 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste Edital e seus anexos.

V- DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3.1 A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.

5.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 Em sede de verificação de conformidade formal das ofertas cadastradas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que estiverem em manifesta desconformidade com o Edital ou cujos valores ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou com presunções absolutas de inexequibilidade.

6.1.1 Serão também desclassificadas as propostas quando as informações registradas na descrição do objeto evidenciarem, de forma flagrante, a identificação do licitante.

6.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

VII – DA ETAPA DE LANCES

7.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.1.1 Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL PARA O PRÊMIO**.

7.2 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.3 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, **assim como não serão aceitos lances com mais de duas casas decimais, os quais serão cancelados**.

7.6 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00** (dez reais).

7.8 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.9 Será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, observando-se as disposições da Instrução Normativa SEGES Nº73, de 30 de setembro de 2022.

7.10 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11 Após o reinício previsto no subitem supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

7.12 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.13 Para o fim de desempate das propostas ou lances, nos termos do subitem anterior, serão aplicados os critérios previstos no artigo 60 da Lei 14.133/21 e, persistindo o empate, poderá ser realizado sorteio.

VIII – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**.

IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2 A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e o resultado será divulgado a todos, bem como juntado aos autos do processo licitatório.

X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 3.4 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.2 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.4 Caso conste na Consulta “Situação do Fornecedor” do SICAF, a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório. (IN SEGES nº 3/2018, art. 29, caput).

10.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN SEGES nº 3/2018, art. 29, §1º).

10.4.2 A licitante será convocada para manifestação, previamente a uma eventual desclassificação. (IN SEGES nº 3/2018, art. 29, §2º).

10.4.3 Constatada a existência de sanção, a licitante será reputado inabilitada, por falta de condição de participação.

10.5 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento da proposta.

10.6 Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.3 e 4.11.2 deste Edital.

10.7 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante classificada em primeiro lugar, o envio da proposta de preços, adequada ao último lance ofertado, e porventura negociado, acompanhada da planilha de custos **MODELO DO ANEXO II**, informando, as garantias às coberturas elencadas no item 4.1 do Termo de Referência.

10.7.1 Os valores relativos à RCF, DM/DC, APP / MORTE / INVALIDEZ, descritos na planilha de custo (Anexo I), deverão ser considerados pelas licitantes como valores mínimos.

10.7.2 Também deverá ser considerado pelas licitantes o valor de indenização em caso de sinistro dos baús dos caminhões, conforme estabelecido no item 4.1.7. do Termo de Referência e Anexo I.

10.7.3 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail pregão.eletronico@trt1.jus.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessados.

10.7.4 O prazo para envio da proposta é de **2 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.8 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.9 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, catálogos, prospectos, manuais e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados.

10.10 A proposta será desclassificada quando:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.11 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no Edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado pela Administração.

10.11.1 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.11.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2022.

10.11.3 Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

10.12 Se a proposta for desclassificada, será examinada aquela subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto no Capítulo XI.

XI – DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1 Caso expire a validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.2.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.3 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.2.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.2.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.2.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada do documento comprobatório de seus administradores;

11.2.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.2.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que a aprovou, devidamente arquivada na Junta Comercial ou inscrita no

Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

11.2.9 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.10 Estando o documento de habilitação jurídica desacompanhado das respectivas alterações / consolidação ou, ainda, da documentação comprobatória dos seus administradores, o Pregoeiro diligenciará, solicitando à licitante através do campo de “ANEXOS” do sistema, o envio no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação.

11.2.11 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o encaminhamento dos respectivos documentos para o e-mail pregao.eletronico@trt1.jus.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessados.

11.2.12 Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.3 DOCUMENTOS DE REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

11.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.6.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.7 Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF e/ou diante da expiração de sua validade, os documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista poderão ser consultados nos sítios oficiais na *internet* pelo Pregoeiro, que emitirá as respectivas certidões, a fim de obter as informações necessárias à habilitação do licitante.

11.3.8 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

11.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.4.1 Pelo menos, 1 (um) **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou, de forma satisfatória, serviço de seguro de veículos.

11.4.1.1 A arrematante, se julgar necessário, poderá apresentar cópias de contratos, declarações ou outros documentos idôneos para comprovação/complementação das informações e qualificações que, pelos Atestados, pretende demonstrar.

11.4.2 A arrematante deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos, expedidos pela **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**, dentro do prazo de validade:

- a) Certidão informando que não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem de estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;
- b) Portaria, publicada em Diário Oficial ou Atestado, expedido pela SUSEP, a fim de comprovar que a arrematante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinente ao objeto do certame, conforme descrito no Termo de Referência.

11.4.2.1 O licitante ficará dispensado de apresentar os documentos citados nas alíneas “a” e “b”, se for possível obter os referidos documentos/ informações solicitadas em consulta aos sítios oficiais na internet.

11.4.3 Os documentos exigidos poderão ser analisados pela Unidade Técnica para emissão de parecer técnico em eventual diligência instaurada pelo Pregoeiro, o qual poderá considerá-lo no julgamento da habilitação.

11.4.4 A Contratante poderá promover visita às dependências da arrematante e consulta às entidades competentes, a fim de comprovar a exatidão das informações contidas nos documentos requeridos.

11.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.5.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11.5.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:

- **índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);**

11.5.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e,

11.5.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.5.2.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.5.3 Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

11.6 OUTROS DOCUMENTOS:

11.6.1 A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

- a)** declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- b)** declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16

(dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

c) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (art. 63, IV Lei 14.133/21);

d) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (art. 63, §1º Lei 14.133/21).

11.7 Se não estiverem digitalmente disponíveis no SICAF, os documentos de habilitação exigidos neste Edital deverão ser encaminhados por meio do sistema Compras.gov, através do campo “ANEXOS”, no prazo de 2 (duas) horas a contar da convocação efetuada no “chat”, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o encaminhamento dos respectivos documentos para o e-mail pregao.eletronico@trt1.jus.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessados.

11.7.2 Em caso de não envio dos documentos solicitados no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.8 Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar a licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, da documentação remetida.

11.8.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Assessoria de Licitação e Agentes de Contratação (ALC), localizada à Av. Presidente Antônio Carlos, nº 251, 3º andar, Centro, CEP 20.020-010, Rio de Janeiro – RJ, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.8.2 A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

11.9 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.10 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 11.7 poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de documentos novos para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;**
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;**
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.**

11.10.1 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do subitem 11.11 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.

11.11 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.10, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar a licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “ANEXOS” do sistema.

11.12 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.13 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.13.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.13.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou da ata, ou revogar a licitação.

11.14 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.14.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.15 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no presente edital.

11.16 Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, deverá o licitante apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, em até 10 (dez) dias úteis, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às sanções previstas neste Edital.

11.17 As condições de habilitação deverão ser mantidas durante todo o procedimento licitatório.

11.18 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste Edital, esta será declarada vencedora.

XII – DOS RECURSOS

12.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 20 (vinte) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

12.1.1 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, prevista no §1º do artigo 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

12.1.2 As demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.2 Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar

o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIV – DO VALOR ESTIMADO

14.1 O prêmio total estimado é de **R\$ 105.351,56 (cento e cinco mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavo, o)**, de acordo com a planilha estimativa de custo do Anexo I.

14.2 Os valores unitário e global estimados pela Contratante, tanto para os prêmios quanto para as franquias, deverão ser considerados pelas licitantes como preço máximo. As propostas que permanecerem acima do aludido orçamento serão desclassificadas, com fulcro no artigo 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

XV – DA APÓLICE DE SEGURO

15.1 Os termos da apólice emitida pelo licitante vencedor vinculam os contratantes naquilo em que não conflite com o disposto no Edital e no Termo de Referência.

15.2 O prazo de vigência da Apólice será a partir da zero hora do dia 27/04/2026 até às 24 horas do dia 26/04/2027.

15.3 O início da vigência da apólice dar-se-á na data especificada no subitem 15.2 independentemente do pagamento do prêmio, conforme descrito no Guia de Orientação e Defesa do Consumidor, constante no sítio eletrônico da SUSEP.

15.4 O TRT também realizará consulta “online” ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (CADIN). A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia, constitui fator impeditivo para a realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos; para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, bem como para a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos, nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2022 (alterada pela Lei nº 14.973/2024).

XVI – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

e) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- e.1)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- e.2)** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- e.3)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- e.4)** deixar de apresentar amostra;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- j.1)** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- j.2)** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j.3)** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2 Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato nº 143 de 23 de novembro de 2022 exarado pela Presidência do TRT da 1ª Região, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 De acordo com a gravidade da infração, peculiaridades do caso concreto, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos resultantes, poderão ser aplicadas as sanções de Advertência, multa, Impedimento de Licitar e Contratar ou Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar, sendo considerado ainda Programa de Integridade (art. 156 Lei 14.133/21).

16.4 A penalidade de multa será aplicada de acordo com a tabela abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor do prêmio.
2	1% sobre o valor do prêmio.
3	1% sobre o valor da indenização correspondente

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
CONDUTAS ESPECÍFICAS			
1	Deixar de efetuar o pagamento de indenização dentro do prazo máximo de 30 dias, conforme Termo de Referência.	3	Por dia de atraso, limitado a 30% do valor da indenização.
2	Dificultar a comunicação com a empresa para solicitação de assistência por indisponibilidade do canal de comunicação fornecido, conforme Termo de Referência.	2	A cada dia que houver dificuldade de comunicação.
3	Atrasar o atendimento referente à assistência, conforme Termo de Referência.	1	Por hora, limitado a 20%.
4	Atrasar o fornecimento do orçamento do valor do prêmio para o caso de inclusão ou substituição de veículo, conforme Termo de Referência.	1	A cada 48h de atraso, limitado a 20%.
5	Atrasar a entrega da apólice de seguro ou do boleto bancário para pagamento no valor do prêmio no prazo de 30 dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, conforme Termo de Referência.	1	Por dia de atraso, limitado a 5%.
CONDUTAS GERAIS			
1	Dificultar a comunicação com o preposto da empresa por falta de contato com o número de telefone/e-mail fornecido.	1	Por ocorrência.
2	Recusar-se, injustificadamente, a cumprir qualquer obrigação referente ao objeto do contrato.	1	Por ocorrência.
3	Deixar de cumprir, injustificadamente, determinação formal ou instrução complementar do gestor ou fiscais do contrato.	1	Por ocorrência.
4	Deixar de comunicar ao gestor/fiscal do contrato qualquer anormalidade referente à execução das obrigações contratadas.	1	Por ocorrência.
5	Deixar de manter as condições de habilitação para a contratação.	1	Por ocorrência.
6	Descumprir quaisquer outras obrigações previstas no Termo de Referência, que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza.	1	Por ocorrência.
MULTA POR INEXECUÇÃO TOTAL			
1	Inexecução total.	Até 30% sobre o valor do prêmio.	

16.5 Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

16.6 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

XVII – IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

17.1.1 Os pedidos devem ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço pregao.eletronico@trt1.jus.br.

17.1.2 As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

17.2 A resposta à impugnação e/ou aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados no sistema Compras.gov e no sítio eletrônico Oficial deste TRT/RJ no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

XVIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio www.compras.gov.br.

18.2 Quaisquer esclarecimentos e/ou alterações serão comunicados por meio do site do TRT - www.trt1.jus.br e www.compras.gov.br, no “QUADRO INFORMATIVO”. As retificações, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações/pedidos de esclarecimento, obrigarão a todos os licitantes.

18.3 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, inclusive recursal, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

18.4 O sistema eletrônico produzirá, automaticamente, relatório da sessão pública imediatamente após seu encerramento, o qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov e nele serão registrados todas as ocorrências relevantes.

18.5 O resultado desta licitação será divulgado no sítio www.compras.gov.br e publicado na Imprensa Oficial. É responsabilidade da licitante o acompanhamento do certame.

18.6 O contratado deverá observar os termos da Resolução Administrativa nº 09/2022, exarado pela Presidência do TRT da 1ª Região, a qual institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da contratante.

18.7 Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.

Erik Gustavo de Sousa Stofanelli
Diretor da SLC

ANEXO V

Modelo de Declaração Referente Resolução CNJ nº 07/2005

Ref.: Pregão nº 90010/2026

....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº, DECLARA que não tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, vinculados ao TRT da 1ª Região, em atendimento ao disposto no art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

.....
(data)

.....
(Representante)

DIVISÃO DE CONTRATOS E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA - DICOD

 **RAFAEL
LOPES
PIRES**
05/03/2026 11:20

TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto: Contratação de serviço de seguro
para a frota de veículos oficiais do Tribunal
Regional do Trabalho da 1ª Região.
Processo: 13356/2025.**



1.0 OBJETO:

1.1 Visa o presente Termo de Referência a detalhar os elementos necessários à contratação de serviço de seguro para a frota de veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – CNPJ 02.578.421/0001-20, conforme detalhado a seguir, por intermédio da modalidade licitatória “PREGÃO”, na forma da Lei nº 14.133/21.

1.2 A presente contratação deverá observar o disposto nas Circulares SUSEP nº 621 de 12 de fevereiro de 2021 e 639 de 09 de agosto de 2021.

1.3 É vedada a participação de corretores, consoante o § 3º do artigo 16 do Decreto nº 60.459/67, considerados os princípios da licitação constantes da Lei nº 14.133/21 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal e jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a matéria (Decisões nº 938/2002-TCU-Plenário e nº 400/1995-TCU-Plenário), devendo a proposta ser apresentada por seguradora, na forma da alínea “b” do artigo 18 da Lei nº 4.594, de 29/12/1964.

2.0 REGIME DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A contratação será em regime de empreitada por preço global.

3.0 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A futura contratação visa segurar a frota de veículos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, conforme detalhamento efetuado no Termo de Referência e normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em especial, o Decreto Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966 e as circulares SUSEP nº 621 de 12 de fevereiro de 2021 e 639 de 09 de agosto de 2021.

4.0 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 Das Coberturas e Obrigações em Caso de Sinistro:

4.1.1 O seguro deverá ter garantia, no mínimo, para as seguintes coberturas:

- a)** colisão (avaria);
- b)** incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- c)** submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes e/ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- d)** granizo;
- e)** roubo ou furto total, bem como danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros e espelhos retrovisores;
- f)** responsabilidade Civil Facultativa - RCF, acidentes materiais e pessoais de passageiros – APP;



g) assistência 24 (vinte e quatro) horas, incluindo reboque tipo prancha, assistência mecânica e chaveiro, com no mínimo 1.000 km livres e utilização de transporte do condutor e dos passageiros, pago pela seguradora.

4.1.2 A Contratada deverá indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio e/ou explosão, sendo vedada a aplicação de franquia em caso de indenização integral.

4.1.3 A Contratada deverá assegurar a cobertura de vidros, faróis, retrovisores e lanternas, com pagamento de franquia no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

4.1.3.1 O valor de franquia do subitem 4.1.3 é considerado especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas.

4.1.3.2 A franquia de que trata o subitem 4.1.3 será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

4.1.3.3 Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a Contratada não cobrará franquia para esses serviços.

4.1.3.4 A Contratada deverá, ainda, disponibilizar serviços de chaveiro (abertura de veículo em situação de emergência) e de borracharia, sem qualquer custo.

4.1.4 A Contratada deverá assegurar à Contratante a livre escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 12 da Circular SUSEP nº 639/21, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais, não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

4.1.5 Caberá à Contratada pagar indenização no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica, no caso de roubo/furto ou perda total (Circular SUSEP nº 621, art. 43). O valor da indenização corresponderá a 100 % da Tabela FIPE vigente na data do sinistro (Circular SUSEP 639/2021).

4.1.5.1 Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista “Quatro Rodas”, ou outra similar de grande aceitação no mercado.

4.1.5.2 Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo (zero quilômetro) por um prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento do veículo pela Contratante, independentemente da quilometragem rodada no período.

4.1.5.3 Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência (FIPE/MOLICAR) quando da liquidação do sinistro.



4.1.5.4 No caso de sinistro com perda total, o veículo somente será retirado das dependências da Contratante ou da oficina Contratada, após a comprovação do pagamento da GRU pela seguradora.

4.1.6 Ocorrendo sinistro, a Seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

4.1.6.1 Decorrido o prazo estabelecido no subitem 4.1.6 e, caso não haja pronunciamento por parte da Seguradora, a Contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

4.1.6.2 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro, podendo ser realizado a critério da Contratante.

4.1.6.3 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional.

4.1.6.4 Havendo descumprimento do prazo estabelecido no subitem 4.1.5, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

4.1.7 Os baús dos caminhões (itens 73 a 77 e 86 do Anexo I) foram avaliados em R\$16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), segundo média apurada, sendo esse o valor de indenização em caso de sinistro.

4.1.7.1 O valor máximo da franquia dos baús dos caminhões será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme planilha constante do Anexo I.

4.2 Da Assistência 24 (vinte e quatro) horas:

4.2.1 A Seguradora deverá prestar a assistência, através de serviço 0800, sem ônus para a Contratante, podendo disponibilizar o contato por aplicativo Whatsapp.

4.2.2 O atendimento referente à assistência deverá ser realizado pela Seguradora em até 60 minutos após a solicitação.

4.2.3 O veículo reboque que realizará a assistência deverá estar caracterizado como a serviço da Seguradora.

4.2.4 O transporte de que trata a alínea “g” do subitem 4.1.1 poderá ser prestado, a critério da Contratante, por táxi e/ou veículo de responsabilidade da Seguradora.

4.3 Das Demais Características do Seguro e dos Veículos:

4.3.1 Modalidade da cobertura: Valor de Mercado Referenciado (VMR - correspondente a 100 % do valor constante da Tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

4.3.2 A Contratante pagará o prêmio à vista (pagamento único).



4.3.3 Os veículos possuem dispositivos do tipo antifurto (registro do número dos chassis aplicado nos vidros dos veículos).

4.3.4 Os veículos são utilizados no transporte de magistrados, funcionários, terceirizados, materiais de expediente e bens permanentes.

4.3.5 Os veículos circulam, predominantemente, no Estado do Rio de Janeiro.

4.3.6 Os termos da apólice emitida pela arrematante vinculam os contratantes, naquilo em que não conflite com o disposto no edital, neste termo de referência e na Lei 14.133/21.

4.4 Da Inclusão e Exclusão de Veículos:

4.4.1 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência da apólice, a Contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta Contratação.

4.4.1.1 Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

4.4.1.2 A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo devidamente quitado ao Fiscal do Contrato.

4.4.1.3 Caberá ao Fiscal do Contrato, em qualquer caso, comparar o orçamento apresentado previamente com a proposta comercial vencedora da licitação, a fim de confirmar a proporcionalidade de valores. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

4.4.1.4 O orçamento a que se refere o subitem 4.4.1 deve ser fornecido pela Contratada no prazo de 48 horas.

4.4.2 Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículos, a Contratada deverá calcular, pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a seguinte fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$, onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

4.4.2.1 O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação da Contratante à operadora do referido seguro. Esta



comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega.

4.4.2.2 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

4.4.2.3 A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a Contratada enviar recibo devidamente quitado à Contratante.

5.0 SUBCONTRATAÇÃO:

5.1 A Contratada não poderá transferir a terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada, exceto nos casos de assistência 24 horas (reboque, com possibilidade de utilização de táxi para levar os passageiros e condutor, conforme subitem 4.2.4, chaveiro etc), troca de retrovisores, lanternas e vidros.

6.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 São obrigações da Contratada as resultantes da observância da Lei nº 14.133/21 e as descritas nos subitens abaixo.

6.2 Entregar a(s) apólice(s) de seguro e o boleto bancário no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho.

6.3 Indicar, na data da emissão da apólice, nome e telefone do profissional que atuará como preposto na forma do art. 118 da Lei nº 14.133/21.

6.4 Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas.

6.5 Comunicar imediatamente quaisquer irregularidades que possam comprometer a eficiência, responsabilidade e qualidade dos serviços, dando ciência à fiscalização do contrato, por escrito, para a adoção das providências cabíveis.

6.6 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela fiscalização do contrato em tempo nunca superior a 02 (dois) dias úteis, salvo por motivo justo e comprovadamente alheio à vontade da Contratada.

6.7 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, no que couber e sempre que solicitado, os documentos que comprovem as condições inerentes à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, em consonância com a legislação vigente.

6.8 Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como:



encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos à Contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

6.9 Elaborar e implementar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) , de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

6.10 Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.

6.11 A Contratada deverá manter durante toda vigência do contrato, as seguintes condições:

a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18, de 13/09/2024, e da Portaria MTP nº 671, de 08/11/2021;

b) Não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e nº 105.

6.12 As empresas com cem ou mais empregados em seu quadro devem observar o disposto no art. 93 da Lei 8.213/91 e no art. 36 do Decreto 3.298/99, que determinam o preenchimento de dois a cinco por cento dos cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, incluindo pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis.

6.12.1 O percentual de reserva de vagas será definido proporcionalmente ao número total de empregados da empresa, obedecendo à seguinte proporção, na forma do art. 36 do Decreto 3.298/99:

a) para empresas cujo número total de empregados varie de 100 a 200, será observado o percentual de 2%;

b) para empresas cujo número total de empregados varie de 201 a 500, será observado o percentual de 3%;

c) para empresas cujo número total de empregados varie de 501 a 1000, será observado o



percentual de 4%;

d) para empresas cujo número total de empregados supere a 1000, será observado o percentual de 5%.

6.12.1.1.1 Em caso de fracionamento do número dessas vagas, haverá a elevação deste número para o primeiro número inteiro subsequente. Ressalte-se que essa reserva nunca será inferior a uma vaga.

6.12.1.2 A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições a que se refere o subitem 6.12.1, devendo comprová-las sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, sob pena de rescisão contratual.

6.12.1.3 Deverá ser realizada, antes da ocorrência do primeiro pagamento (ou único, se for o caso), a comprovação quanto ao cumprimento da política de empregabilidade a que se refere o subitem 6.12.

6.12.1.4 A comprovação mencionada no subitem 6.12.1.3 poderá ser realizada por meio da apresentação da Certidão de Contratação de Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social (CDCIT).

6.12.1.5 Não se comprovando o atendimento à reserva legal de cargos na forma exposta, a fiscalização do contrato iniciará o procedimento de aplicação de penalidade e procederá, na sequência de sua aplicação, à notificação do descumprimento aos seguintes órgãos:

- a)** Seção de Fiscalização do Trabalho (SFISC);
- b)** Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro;
- c)** Departamento de Fiscalização do Trabalho (DEFIT);
- d)** Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT);
- e)** Secretaria de Trabalho (STRAB).

6.13 A Contratada deverá observar os termos da Resolução Administrativa nº 09/2022, exarada pela Presidência do TRT da 1ª Região, a qual institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Contratante.

6.13.1 A Contratada deverá comunicar formalmente e de imediato ao encarregado da Contratante, por intermédio do fiscal ou gestor do contrato, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais.

6.13.2 Cumprir o estabelecido no Termo de Confidencialidade (Anexo IV), o qual será formalizado quando da emissão da apólice.



6.14 A Contratada deverá observar as disposições do Código de Conduta Ética da Contratante, disponibilizado no seu portal da Internet, assumindo compromisso com a ética e a integridade e zelando pela transparência na relação contratual.

6.15 A Contratada deverá apresentar à fiscalização declaração, na forma do anexo do edital, de que não tem em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e de que não promoverá a inclusão em seu quadro profissional durante toda a execução contratual, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º da Resolução Nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

7.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1 São obrigações da Contratante as resultantes da observância da Lei nº 14.133/21 e as descritas nos subitens abaixo.

7.2 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

7.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

7.5 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7.6 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

8.0 PREÇO ESTIMADO:

8.1 O prêmio total estimado é de R\$ 105.351,56 (cento e cinco mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos), de acordo com a planilha estimativa de custo do Anexo I.

9.0 PRAZO DE VIGÊNCIA:

9.1 O prazo de vigência da apólice será a partir da zero hora do dia 27/04/2026 até 24 horas do dia 26/04/2027.



9.2 O início da vigência da apólice dar-se-á na data especificada no subitem 9.1 independentemente do pagamento do prêmio, conforme descrito no Guia de Orientação e Defesa do Consumidor, constante no sítio eletrônico da SUSEP.

10.0 PAGAMENTO:

10.1 O pagamento à Contratada será realizado em parcela única.

10.2 O pagamento será efetuado à vista (pagamento único), em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação do boleto bancário.

10.2.1 Nos casos em que os valores das despesas não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, os pagamentos deverão ser efetuados até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura.

10.2.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a unidade gestora realizar o ateste da execução do objeto do contrato, adimplemento de cada parcela, limitado a 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente ao da prestação do serviço.

10.2.3 Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Contratante, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo ou a substituição da peça (casos de farol, lanternas, vidros e retrovisores). Caso a/o concessionária/oficina/prestador não esteja em situação regular com as obrigações fiscais e trabalhistas ou não aceitar nota de empenho, por não trabalhar com o setor público, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

10.2.4 Antes da entrega da nota fiscal/fatura à Contratante para pagamento, a Contratada deverá realizar seu cadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), devendo incluir no referido sistema as notas fiscais/faturas e a documentação necessária ao pagamento.

10.2.5 A Contratada será responsável pelo pagamento de quaisquer multas aplicadas à Contratante quando do encaminhamento da nota fiscal após o prazo de envio à Receita Federal, bem como nos demais casos de eventuais atrasos causados pela Contratada, cabendo o recolhimento do valor da multa por GRU.

10.3 Fica a Contratada ciente de que, quando da ocasião do pagamento, será verificado se as condições de habilitação estão mantidas.

10.4 A Contratante poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento com as obrigações mencionadas no subitem 10.3.



10.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação de despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, devendo, nessa hipótese, o prazo para pagamento ser iniciado após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, sendo que será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, onde:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula: $I = (6/100)/365$.

11.0 ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1 A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, com atribuições específicas, formalmente designado por intermédio de Portaria, em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/21 e no Ato nº 156/19.

12.0 VISTORIA PRÉVIA – FACULTATIVA:

12.1 As licitantes poderão efetuar visita prévia aos veículos elencados no Anexo I, para o conhecimento das circunstâncias que condicionarão a execução dos serviços.

12.2 A vistoria poderá ser realizada até 01 (um) dia útil antes da data marcada para abertura da Licitação, devendo, neste caso, ser previamente agendada junto à Divisão de Transportes (DITRA), através do telefone nº (21) 2380-6400.



12.3 As dúvidas de natureza técnica porventura surgidas por ocasião da vistoria serão esclarecidas pela DITRA, mediante expediente dirigido à Assessoria de Licitação e Agentes de Contratação (ALC).

12.4 Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições operacionais poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do serviço a ser prestado.

12.5 Por ser facultativa, a vistoria não ensejará a emissão de comprovante.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2026.



ANEXO I - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS											
Item	Placa	Ano	Modelo	RCF DM/DC Vlr.	APP Morte/ Inv por pessoa	Franquia Máxima	Franquia - Vidros, Lanterna e Faróis	Bônus	Vlr. De mercado	Prêmio	
1	LRJ 8A20	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
2	LTN 7F71	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
3	LMQ 1A55	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
4	LMS 0A35	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
5	LMQ 1A54	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
6	KZN 9144	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
7	LMP 4E34	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
8	LRJ 4G29	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
9	KZN 9145	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
10	LRJ6C09	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
11	LUB 7B78	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
12	KZN 9141	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
13	LRJ 2D65	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
14	LMO 5D55	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
15	LRJ 2D61	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
16	LRJ 2D62	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
17	LTM 7J68	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
18	LRJ 2D66	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
19	KZN 9139	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
20	LRJ 2D64	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
21	KZN 9140	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
22	LTM 7J72	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	R\$	551,28
23	KXB 8G72	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	R\$	551,28
24	KXB 8673	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	R\$	551,28
25	KXB 8674	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	R\$	551,28
26	KXB 8675	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	R\$	551,28
27	KXB 8676	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	R\$	551,28
28	KXB 8678	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
29	KXB 8680	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
30	KXB 8681	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
31	KXB 8682	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
32	KXB 8683	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
33	KXB 8684	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
34	KXB 8685	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
35	KXB 8686	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
36	KXB 8687	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	R\$	551,28
37	LQQ 4411	2013	TOYOTA COROLA	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	551,28
38	KWN 7352	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	R\$	459,40
39	LRN 8350	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	R\$	459,40
40	LRN 8351	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	R\$	459,40
41	LRN 8348	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	R\$	459,40
42	KQR 6245	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	R\$	459,40
43	LRN 8347	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	R\$	459,40
44	LRM 9853	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	R\$	459,40
45	LRN 8349	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	R\$	459,40
46	LTD 4544	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	459,40
47	KQU 2482	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	459,40
48	KRF 4216	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	459,40
49	LTH 4728	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	459,40
50	KQO 6167	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	459,40
51	LTL 4746	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	459,40
52	KQY 2962	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	459,40
53	KRG 8733	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	551,28
54	LSD 9838	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	551,28
55	LSD 9839	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	551,28
56	LSD 9230	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	551,28
57	LSD 9228	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	551,28
58	LSD 9229	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	551,28
59	KRG 9144	2015/2016	Citroen Jumper Minibus M33M 2.3	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	1.102,57
60	KRG 9146	2015/2016	Citroen Jumper Minibus M33M 2.3	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	1.102,57
61	KRG 9147	2015/2016	Citroen Jumper Minibus M33M 2.3	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	1.102,57
62	LSD 9842	2015/2016	Citroen Jumper Minibus M33M 2.3	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	1.102,57
63	LSD 9840	2015/2016	DUCATO CARGO	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	1.102,57
64	LSD 9841	2015/2016	DUCATO CARGO	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	1.102,57
65	KRG 9143	2015/2016	DUCATO CARGO	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	1.102,57
66	KRG 9145	2015/2016	DUCATO CARGO	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	R\$	1.102,57
67	OMZ 5573	2013/2014	DUCATO CARGO	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	9	100% Fipe	R\$	1.102,57
68	OMT 4113	2013/2013	DUCATO CARGO	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	9	100% Fipe	R\$	1.102,57
69	LLM 3347	2011	Renaut Master - Ambulância	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	1.102,57
70	LQS7473	2012	SPRINTER M. BENZ	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	1.102,57
71	KVY 9737	2012/2013	SPRINTER M. BENZ	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	9	100% Fipe	R\$	1.102,57
72	LQS7469	2012	SPRINTER M. BENZ	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	831,48
73	LPZ 3632	2011	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 710 - Com carroceria baú	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	1.102,57
74	LPH 3096	2008	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1318 - Com carroceria	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	1.102,57
75	LUJ 4704	2012/2013	FORD CARGO 816 S - Com carroceria baú	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	1.102,57
76	KPH 4557	2012/2013	FORD CARGO 816 S - Com carroceria baú	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	1.102,57
77	KVX 8203	2012/2013	FORD CARGO 816 S Com carroceria baú	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	1.102,57
78	KPU 6912	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	918,81
79	KPU 6913	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	918,81
80	KPU 6914	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	918,81
81	KPU 6915	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	918,81
82	LRC 2306	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	R\$	918,81
83	LRG 2801	2014/2014	SPIN 1.8 LTZ								

Item	Placa	Ano	Modelo	RCF DM/DC Vlr.	APP Morte/ Inv por pessoa	Franquia Máxima	Franquia - Vidros, Lanterna e Faróis	Bônus	Vlr. De mercado	Juntado em Prêmio
101	RKQ 9B13	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
102	RIP 9A50	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
103	RKQ 7A72	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
104	RJR 6I04	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
105	RKC 6J71	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
106	RJL 7G63	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
107	RKO 7A86	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
108	RJP 7A92	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
109	RIP 9B06	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
110	RIV 6I34	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
111	RKA 6J84	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
112	RJN 7E04	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
113	RJC 6G41	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
114	RKG 6J91	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
115	RJY 6C52	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
116	RJQ 7C43	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
117	RKB 6H02	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
118	RJT 7A72	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
119	RKD 6I39	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
120	RJX 6B41	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
121	RIP 9B46	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
122	RIY 8J76	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
123	RIR 7A59	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
124	RKE 6I67	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
125	RJI 7D02	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
126	RJK 7I75	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
127	RKC 7A48	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
128	RKB 6H72	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
129	RIQ 6H82	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
130	RJY 6D68	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
131	RKJ 6I97	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
132	RIY 8I50	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
133	RKE 6H69	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
134	RKH 7A45	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
135	RJP 7A87	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
136	RIP 9B07	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
137	RKR 7A03	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
138	RJH 7C22	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
139	RKV 7B36	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
140	RKE 6J12	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
141	RKR 7A78	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
142	RKR 7A97	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
143	RKT 6I98	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
144	RKJ 6I99	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFF CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	R\$ 735,05
145	PAY4024	2016/2017	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	R\$ 733,05
146	PBE 9120	2017/2018	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	R\$ 733,05
147	PBG0952	2017/2018	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	R\$ 733,05
148	PAY 4026	2016/2017	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	R\$ 733,05
149	PAX 3094	2017/2017	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	R\$ 733,05
150	TTR0B06	2025/2025	Corolla APremiumH	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	R\$ 949,65
151	TTR0B05	2025/2025	Corolla APremiumH	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	R\$ 949,65
PRÊMIO TOTAL										R\$ 105.351,56

Obs: Os baús dos caminhões, itens 73, 74, 75, 76, 77 e 86 foram avaliados em R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais)
O valor da franquia dos baús será de no máximo R\$ 1.000,00 (mil reais)

Placa	Ano	Modelo	Medidas do Baú - alt, larg, comp	Especificações
LPZ 3632	2011	MERCEDES BENZ 710	2,30m x 2,00m x 4,50m	Assoalho em madeira com revestimento interno em régua de madeira.
LPH 3096	2008	MERCEDES BENZ 1318	2,36m x 2,47m x 6,60m	Assoalho em madeira com revestimento interno em régua de madeira.
LUJ 4704	2012/2013	FORD CARGO	2,30m x 2,30 x 5,50m	Assoalho em madeira com revestimento interno em régua de madeira.
KPH 4557	2012/2013	FORD CARGO	2,30m x 2,30 x 5,50m	Assoalho em madeira com revestimento interno em régua de madeira.
KVX 8203	2012/2013	FORD CARGO	2,30m x 2,30 x 5,50m	Assoalho em madeira com revestimento interno em régua de madeira.
LRC 3583	2017/2017	FORD CARGO	2,30m x 2,30 x 5,50m	Assoalho em madeira com revestimento interno em régua de madeira.



PROAD n. 13356/2025 DOC 101. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.MCFW.HZYM:
<https://proad.trt1.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

ANEXO II - PLANILHA DE CUSTOS PARA PREENCHIMENTO PELA ARREMATANTE										
Item	Placa	Ano	Modelo	RCF DM/DC Vir.	APP Morte/ Inv por pessoa	Franquia Máxima	Franquia - Vidros, Lanterna e Faróis	Bônus	Vir. De mercado	Prêmio
1	LRJ 8A20	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
2	LTN 7F71	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
3	LMQ 1A55	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
4	LMS 0A35	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
5	LMQ 1A54	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
6	KZN 9144	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
7	LMP 4E34	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
8	LRJ 4G29	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
9	KZN 9145	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
10	LRJ6C09	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
11	LUB 7B78	2018/2019	PEUGEOT GRIFFE 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
12	KZN 9141	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
13	LRJ 2D65	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
14	LMO 5D55	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
15	LRJ 2D61	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
16	LRJ 2D62	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
17	LTM 7J68	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
18	LRJ 2D66	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
19	KZN 9139	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
20	LRJ 2D64	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
21	KZN 9140	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
22	LTM 7J72	2018/2019	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	
23	KXB 8G72	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	
24	KXB 8673	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	
25	KXB 8674	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	
26	KXB 8675	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	
27	KXB 8676	2017/2018	PEUGEOT BUSINESS 1.6 THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	6	100% Fipe	
28	KXB 8678	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
29	KXB 8680	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
30	KXB 8681	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
31	KXB 8682	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
32	KXB 8683	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
33	KXB 8684	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
34	KXB 8685	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
35	KXB 8686	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
36	KXB 8687	2017/2018	PEUGEOT 408 GRIFFE THP	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
37	LQQ 4411	2013	TOYOTA COROLA	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
38	KWN 7352	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	
39	LRN 8350	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	
40	LRN 8351	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	
41	LRN 8348	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	
42	KQR 6245	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	
43	LRN 8347	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	
44	LRM 9853	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	
45	LRN 8349	2014/2015	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	8	100% Fipe	
46	LTD 4544	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
47	KQU 2482	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
48	KRF 4216	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
49	LTH 4728	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
50	KQO 6167	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
51	LTL 4746	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
52	KQY 2962	2013	Fiat Linea Essence 1.8	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
53	KRG 8733	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
54	LSD 9838	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
55	LSD 9839	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
56	LSD 9230	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
57	LSD 9228	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
58	LSD 9229	2016/2016	Doblo Essence 1.8 Flex4 P	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
59	KRG 9144	2015/2016	Citroen Jumper Minibus M33M 2.3	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
60	KRG 9146	2015/2016	Citroen Jumper Minibus M33M 2.3	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
61	KRG 9147	2015/2016	Citroen Jumper Minibus M33M 2.3	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
62	LSD 9842	2015/2016	Citroen Jumper Minibus M33M 2.3	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
63	LSD 9840	2015/2016	DUCATO CARGO	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
64	LSD 9841	2015/2016	DUCATO CARGO	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
65	KRG 9143	2015/2016	DUCATO CARGO	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
66	KRG 9145	2015/2016	DUCATO CARGO	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	7	100% Fipe	
67	OMZ 5573	2013/2014	DUCATO CARGO	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	9	100% Fipe	
68	OMT 4113	2013/2013	DUCATO CARGO	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	9	100% Fipe	
69	LLM 3347	2011	Renaut Master - Ambulância	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
70	LQS7473	2012	SPRINTER M. BENZ	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
71	KVY 9737	2012/2013	SPRINTER M. BENZ	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	9	100% Fipe	
72	LQS7469	2012	SPRINTER M. BENZ	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
73	LPZ 3632	2011	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 710 - Com carroceria baú	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
74	LPH 3096	2008	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1318 - Com carroceria	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
75	LUJ 4704	2012/2013	FORD CARGO 816 S - Com carroceria baú	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
76	KPH 4557	2012/2013	FORD CARGO 816 S - Com carroceria baú	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
77	KVX 8203	2012/2013	FORD CARGO 816 S Com carroceria baú	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
78	KPU 6912	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
79	KPU 6913	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
80	KPU 6914	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
81	KPU 6915	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
82	LRC 2306	2013/2014	NISSAN FRONTIER 4x2	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
83	LRG 2801	2014/2014	SPIN 1.8 LTZ	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
84	LRG 2810	2014/2014	SPIN 1.8 LTZ	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
85	LRG 2811	2014/2015	SPIN 1.8 LTZ	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	10	100% Fipe	
86	LRC 3583	2017/2017	FORD CARGO 816 - Com carroceria baú	R\$100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
87	LMV 4C30	2019/2020	Renaut - Logan Expression 1.6	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
88	LMV 4C24	2019/2020	Renaut - Logan Expression 1.6	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
89	LMV 4C37	2019/2020	Renaut - Logan Expression 1.6	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
90	LMP 6E31	2018/2019	Citroen Berlingo 1.6 Furgão	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	5	100% Fipe	
91	LMQ 1A53	2018/2019	Citroen Berlingo 1.6 Furgão	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00</					

Item	Placa	Ano	Modelo	RCF DM/DC Vlr.	APP Morte/ Inv por pessoa	Franquia Máxima	Franquia - Vidros, Lanterna e Faróis	Bônus	Vlr. De mercado	Juntado em Prêmio
101	RKQ 9B13	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
102	RIP 9A50	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
103	RKQ 7A72	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
104	RJR 6I04	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
105	RKC 6J71	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
106	RJL 7G63	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
107	RKO 7A86	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
108	RJP 7A92	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
109	RIP 9B06	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
110	RIV 6I34	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
111	RKA 6J84	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
112	RJN 7E04	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
113	RJC 6G41	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
114	RKG 6J91	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
115	RJY 6C52	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
116	RJQ 7C43	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
117	RKB 6H02	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
118	RJT 7A72	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
119	RKD 6I39	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
120	RJX 6B41	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
121	RIP 9B46	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
122	RIY 8J76	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
123	RIR 7A59	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
124	RKE 6I67	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
125	RJI 7D02	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
126	RJK 7I75	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
127	RKC 7A48	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
128	RKB 6H72	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
129	RIQ 6H82	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
130	RJY 6D68	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
131	RKJ 6I97	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
132	RIY 8I50	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
133	RKE 6H69	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
134	RKH 7A45	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
135	RJP 7A87	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
136	RIP 9B07	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
137	RKR 7A03	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
138	RJH 7C22	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
139	RKV 7B36	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
140	RKE 6J12	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
141	RKR 7A78	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
142	RKR 7A97	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
143	RKT 6I98	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
144	RKJ 6I99	2022/2023	Corola Altis 1.8l HV FFV CVT	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	2	100% Fipe	
145	PAY4024	2016/2017	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	
146	PBE 9120	2017/2018	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	
147	PBG0952	2017/2018	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	
148	PAY 4026	2016/2017	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	
149	PAX 3094	2017/2017	Ford Fusion SEL Powershift 2.0 16v	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	
150	TTR0B06	2025/2025	Corolla APremiumH	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	
151	TTR0B05	2025/2025	Corolla APremiumH	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 100,00	1	100% Fipe	
PRÊMIO TOTAL										R\$ -



ANEXO III – HISTÓRICO

Relação de sinistros: 2021 a 2025

2021

Substituição de lanterna	Um sinistro
Substituição de farol	Um sinistro
Substituição de para-brisa	Dois sinistros

2022

Colisão na traseira	Pequeno dano reparado
Colisão dianteira e traseira	Perda Total
Colisão do caminhão	Dano somente no veículo terceiro
Substituição de lanterna	Um sinistro
Substituição de retrovisor	Um sinistro
Substituição de para-brisa	Um sinistro

2023

Substituição de lanterna	Quatro sinistros
Substituição de retrovisor	Três sinistros
Substituição de parabrisa	Um sinistro
Colisão	Um reparo
Indenização veículo p/ perda total	Um sinistro

2024

Substituição de parabrisa	Dois sinistros
Indenização veículo p/ perda total	Responsabilidade de Terceiros. Sinistro não ocorrido pela contratada
Substituição de lanterna	Um Sinistro
Avaria veículo	Um reparo

2025

Substituição Farol	Um Sinistro
Avaria Veículo	Um reparo
Indenização veículo p/ perda total	Sinistro devido a roubo

OBSERVAÇÕES:

- 1) Atual Seguradora - GENTE SEGURADORA S.A, valor da apólice inicial para 109 (cento e dois) veículos: R\$ 74.479,63 (setenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos).
- 2) Atualmente a frota é composta de 151 veículos, sendo 42 veículos com logotipo do TRT.
- 3) Todos os veículos fazem manutenção e revisões de acordo com o manual do fabricante.



ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

PROCESSO Nº PROAD 13356/2025

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE AO
CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS
OFICIAIS DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 1ª REGIÃO.
(Contrato nº 20__-__)**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**, instalado na Avenida Presidente Antônio Carlos, 251, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 02.578.421/0001-20, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr. Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, portador da carteira de identidade 07599569-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 812.259.037-34, e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, têm, entre si, ajustado o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, elaborado de acordo com a minuta-padrão discutida e aprovada no processo Proad nº 2.182/2022 publicada no Diário Oficial da Justiça do Trabalho em 16/06/2023, conforme procedimento estabelecido no Ato nº 82/2021 e no subitem 6.13.2 do termo de referência, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente instrumento tem por escopo estabelecer regra de proteção de dados pessoais no contrato de prestação de serviço de seguro para a frota de veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

CLAUSULA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - A CONTRATADA e seus empregados obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 e a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, aprovada pela Resolução Administrativa nº 09/2022, com especial atenção às obrigações contidas no artigo 14.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

I – Tratar os dados pessoais a que tiver acesso em conformidade com o disposto no caput desta cláusula, e, na eventualidade da impossibilidade do cumprimento destas obrigações, por qualquer razão, concordar em informar formalmente este fato imediatamente ao CONTRATANTE, o qual se reserva no direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo;

II – Manter e utilizar todas as medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas



apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida, sendo que a CONTRATANTE poderá solicitar a descrição destas medidas de segurança, bem como evidências de sua adoção;

III – Acessar os dados dentro do escopo deste contrato e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e não ler, copiar, modificar, ou remover sem autorização expressa e por escrito do CONTRATANTE;

IV – Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus empregados prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade do CONTRATANTE mantenham quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e que não os utilizem para outros fins, com exceção da execução do objeto do contrato ao CONTRATANTE;

V – Treinar e orientar a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

VI – no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao acima, esta garante que:

a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

d) sempre que necessário, orientará o CONTRATANTE durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;

e) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

f) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;



- g) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;
- h) tratará os dados pessoais apenas em nome do CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente ao CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;
- i) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas do CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração ao CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;
- j) notificará imediatamente o CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.
- k) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação do CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;
- l) a pedido do CONTRATANTE, apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.
- m) em caso de subcontratação, informará previamente o CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;
- n) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;
- o) enviará imediatamente ao CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito do CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma que reflitam referidas Informações.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente ao CONTRATANTE para que este tome as medidas que julgar cabíveis.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:



I – Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

II – Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA, mesmo nos casos em que houver dúvida sobre a relevância dos riscos e danos envolvidos.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula quanto à proteção uso dos dados pessoais.

PARÁGRAFO SEXTO – Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, no máximo em trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

E, por estarem justos e contratados, entre si, é lavrado o presente instrumento, que, lido e achado conforme, é assinado pelos representantes das partes, as quais reconhecem como válidas e plenamente eficazes as assinaturas eletrônicas ora apostas, considerando-se efetivamente formalizado na data da última assinatura.

CONTRATANTE
TRT/RJ

CONTRATADA

